

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 082

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 021ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE JUNHO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Sérgio Spada.

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Edno Guimarães, Neivo Beraldin e Cleiton Kielse (04)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 12.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos para o Pequeno nem para o Grande Expedientes

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir Programa de parcerias, destinado a receber, em doação, obras de iniciativa privada. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 094/2000

Curitiba, 31.07.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 040/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 090/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a receber, em doação, no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes, obras e serviços destinados à construção de passarelas ou trincheiras para pedestres, nas rodovias estaduais, ou mesmo nas de caráter federal que esteja sob a responsabilidade do Estado do Paraná. Visa, ainda, conceder estímulos fiscais, conforme especifica e assegurar uso de espaços de publicidade nas respectivas obras.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre de a medida ter sido considerada inconstitucional e contrária ao interesse público, cuja fundamen-

tação básica para tal afirmação está detalhadamente contida nos anexos pareceres nºs 1309/2000, da Secretaria de Estado da Fazenda e 012/2000, do Departamento de Estradas de Rodagem, cujos termos são por mim adotados como razões do veto ora aposto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO
INSPETORIA GERAL DE TRIBUTAÇÃO

Interessada: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 90/99.

PARECER Nº 1309/2000

Trata-se de projeto de lei que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir “Programa de Parcerias”, que tem por objetivo receber, em doação, obras e serviços da iniciativa privada destinados à construção de passarelas ou trincheiras para pedestres, ficando, em contrapartida, o Estado autorizado a conceder estímulos fiscais, por meio de bônus, no valor de até 40% do total investido, devendo os mesmos ser usados parceladamente como créditos de dívidas oriundas de tributos estaduais, a partir do 2º ano de conclusão total da obra em até 24 parcelas.

No que diz respeito ao ICMS faz-se necessário esclarecer que a redução de valor desse imposto a ser arrecadado é benefício fiscal que somente pode ser concedido por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, de acordo com o que dispõe o artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea “g”, da Constituição Federal vigente, a seguir transcrito:

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias ao contribuinte, é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo ao disposto no artigo 155, § 2º, XII, ‘g’.

(...)

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

O artigo 1º da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, a que se refere o citado dispositivo constitucional, recepcionado que foi pelo artigo 34, § 8º, do ADCT da CF/88, dispõe expressamente sobre o assunto:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução na base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável, ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.

Não pode deixar de ser ressaltado ainda que, não obstante essa vedação constitucional, se tal projeto fosse aprovado acarretaria perdas na arrecadação que trariam ainda maiores dificuldades às já combalidas finanças do Estado e também dos municípios, uma vez que a estes são repassados 25% da arrecadação do ICMS, conforme dispõe o artigo 158 da Carta Magna:

Art. 158 - Pertencem aos municípios:

(...)

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Quanto ao abatimento de tais valores sobre os demais tributos, há necessidade de previsão dessa matéria em lei específica.

Não obstante tal fato, imperioso lembrar que está em vigor, desde 5 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 101/2000, que trata de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que em seu artigo 14 dispõe:

Seção II
Da Renúncia da Receita

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Posto isso, embora louvável a iniciativa do nobre deputado, entendemos que o referido projeto de lei não deva ser aprovado.

Curitiba, 18.07.2000.

(a) MARISTELA DEGGERONE
Auxiliar Técnico "D"

De acordo:

(aa) ELIZETE GOLLEMBIEWSKI CRISPIM
Chefe do Setor Normativo
FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA
Inspetor Geral de Tributação

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA GERAL
GABINETE DO PROCURADOR JURÍDICO

Parecer nº: 012/2000 PJ/GAB

Assunto: Projeto de Lei nº 090/99

Senhor diretor geral.

Em análise ao Projeto de Lei nº 090/99, em anexo, tecemos algumas considerações.

Quanto à doação de obras e serviços destinados à construção de passarelas ou trincheiras para pedestres nas rodovias estaduais entendemos que não existe nenhum óbice, vez que o referido projeto viabiliza a implementação de obras destinadas a aumentar a segurança e a comodidade dos usuários.

Porém, no que diz respeito ao uso de espaço de publicidade ao longo das rodovias, há que se fazer ressalvas, de conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, que assim dispõe sobre a matéria em seus artigos 81 e 83:

Art. 81 - Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito;

Art. 83 - A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à prévia aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Verifica-se, pois, que não é possível assegurar aos doadores o uso de espaços de publicidade nas rodovias - como pretende o referido projeto - uma vez que depende de atendimento das normas de segurança pertinentes, as quais, se não atendidas, poderão implicar na responsabilização do agente público com jurisdição sobre a via.

Idêntica a situação no caso das rodovias federais, que estão sob responsabilidade do Estado do Paraná por força do Convênio de Delegação de Rodovias Federais celebrado entre a União, através do Ministério dos Transportes e DNER, e o Estado do Paraná, onde a exploração de publicidade ao longo das rodovias deve seguir rigorosamente as normas técnicas do DNER, conforme disposto na cláusula 4ª, item 02, inciso II do referido convênio e no artigo 5º da Instrução Normativa do DNER para Exploração de Espaços Publicitários ao Longo das Rodovias Federais sob Regime de Concessão ou Delegação, a seguir transcritos:

"Cláusula 4ª - Das Obrigações

2. Incumbe ao DER, na qualidade de Interviente do Delegatário:

II - garantir a observância das normas, regulamentos e especificações técnicas do DNER, admitida a adoção de inovações desde que previamente acordadas.”

“Art. 5º - A exploração de espaços publicitários ao longo das rodovias federais sob regime de concessão, dentro da faixa de domínio, está condicionada à prévia e expressa autorização por parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, obedecidas as condições estabelecidas nas presente instruções, devendo o pedido ser encaminhado pela Concessionária do DNER ao Distrito Rodoviário Federal (DRF), com jurisdição sobre a área indicada para aquele fim.”

Nas rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná, em que houve a concessão, o projeto de lei interferirá na relação contratual entre o Poder Concedente e as Concessionárias, podendo gerar irreparáveis danos ao instrumento celebrado, propiciando ao contratado o direito de reivindicar possível prejuízo. Isso porque, conforme consta dos respectivos contratos de concessão, no item 3 da cláusula XXI - Das Fontes de Receitas, constituem receitas alternativas, complementares ou acessórias as provenientes de atividades vinculadas à exploração do lote, inclusive as decorrentes de publicidade.

“Item 3 - Constituem receitas alternativas, complementares ou acessórias quaisquer receitas da Concessionárias não advindas do recebimento de pedágio ou de aplicações financeiras, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração do lote, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso, neste último caso atendidas as seguintes condições:”

A Lei Federal nº 8987/95, em seu artigo 11, confere ao Poder Concedente essa possibilidade de prever outras fontes provenientes de receitas alternativas em favor das concessionárias:

“Art. 11 - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no artigo 17 desta lei.”

Pelas razões expostas, entendemos que o presente projeto de lei não se compatibiliza com as normas de segurança e operação da rodovia e, se vier a ser sancio-

nado, poderá ocasionar distorções na relação com as concessionárias das rodovias delegadas.

Em 18.07.2000.

(a) MAURÍCIO EDUARDO SÁ DE FERRANTE

Procurador Jurídico do DER/PR

(O Projeto de Lei nº 090/99 foi publicado em redação final, no DA nº 032/2000, de 10.04.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 049/2000

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, a presente proposição visa vetar o Projeto de Lei nº 090/99, o qual autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a instituir “Programa de Parcerias”, destinado a receber em doação, obras de iniciativa privada.

Procedida a análise por esta Comissão de Constituição e Justiça, constatou-se que o projeto em tela atende o prazo legal, sendo vetado por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, baseado nos pareceres nºs 1309/2000, da Secretaria de Estado da Fazenda e 012/2000, do Departamento de Estradas de Rodagem.

Assim sendo, entendemos estar o presente projeto apto para ser encaminhado para sua devida apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n 055/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 166/2000

Curitiba, 01.09.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 117/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 091/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “realizar as demarcações topográficas e instruir os processos dos imóveis através de órgãos competentes, conforme a Lei Federal nº 9871/99, que estabelece prazo e normas para que os detentores de título de alienação ou concessão de terras feitas pelo Estado na faixa de fron-

teira de até cento e cinquenta quilômetros, requeiram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, a ratificação de que trata o artigo 5º § 1º da Lei Federal nº 4947, de 06 de abril de 1966, observado o disposto no Decreto Federal nº 1414, de agosto de 1975 e Instrução Normativa do Incra nº 033 de 16 de junho de 1999". Autoriza, ainda, a adoção de mecanismos para início de tais demarcações topográficas e instrução dos processos, no prazo de trinta dias.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamentos expedidos pelos órgãos competentes do Estado, caracterizando a medida como de difícil exequibilidade, contendo prazos e condições impossíveis de serem cumpridos e, por essa razão, contrária ao interesse público. Ainda porque, segundo disse a Coordenadoria de Terras e Cartografia, da SEMA: "Resaltamos ainda que para execução desse trabalho pelo Estado encontraremos dificuldades legais, financeiras, custos processuais e principalmente no que se refere a recursos humanos."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 091/2000 foi publicado em redação final no DA nº 093/2000, de 28.06.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 055/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/2001, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel à Câmara Municipal de Verê, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 057/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 271/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71 ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 296/2000, por considerá-lo contrário ao interesse público, pois pretende-se que tal imóvel permaneça de propriedade do Estado, admitindo-se, entretanto, a possibilidade de formal cessão de uso à municipalidade interessada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O projeto de Lei nº 296/2000 foi publicado em redação final no DA nº 180/2000, de 06.12.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 22/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 296/2000, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar imóvel à Câmara Municipal de Verê.

O referido projeto foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo por considerá-lo contrário ao interesse público, admitindo-se, entretanto, a possibilidade de ser formalizada cessão de uso à municipalidade interessada.

Desta forma, a proposição não apresenta óbice de natureza constitucional ou legal, razão pela qual opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/2001, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que determina que o Sistema Oficial de ensino do Paraná passe a contar com a disciplina Educação em Valores Humanos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 018/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 205/2000, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71 ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 306/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo incluir no currículo do Ensino Fundamental do Estado do Paraná a disciplina “Educação em Valores Humanos”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de o mesmo ter sido considerado contrário aos elevados interesses públicos, em particular aos do ensino, conforme o anexo pronunciamento da Secretaria de Educação, por mim endossado como razões fundamentais do presente veto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

OF/GS/SEED Nº 013/2001

Curitiba, 10 de janeiro de 2001.

Referência: Projeto de Lei nº 306/99

Senhor Secretário:

Sobre o Projeto de Lei nº 306/99, de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e já aprovado, que propõe a inclusão no currículo escolar nos estabelecimentos de ensino do Estado, da disciplina de “Educação em Valores Humanos”.

Sobre o assunto, cabe-nos informar que a Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), nos Artigos 27, I, e 32, II, dispõe:

“Artigo 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

“Artigo 32 - O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I - ...

II - a compensação do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

A Secretaria de Estado da Educação vem orientando os profissionais da educação sobre a reestruturação curricular e o papel dos “Temas Transversais”, sugeridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como a forma de abordagem das várias questões que deles fazem parte.

Necessário se faz também lembrar que os “Parâmetros Curriculares Nacionais”, do Ensino

Fundamental, quando se referem aos “Temas Transversais”, conforme páginas 65, 66, 67 e 68, orientam:

“... ”

Os Temas Transversais não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que apreendem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

Os temas que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo mundial.

Excelentíssimo Senhor

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

Nesta Capital

Essa abrangência não significa que os temas transversais devam ser tratados igualmente em todos os lugares. Ao contrário, podem exigir adaptações para que correspondam às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. As questões ambientais, por exemplo, ganham características diferentes nos campos de seringais, no interior da Amazônia, e na periferia de uma grande cidade.

Além das adaptações dos temas apresentados, é importante que sejam desenvolvidos temas locais. Por exemplo: muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, o que faz com que suas escolas necessitem incorporar a educação para o trânsito em seu currículo. Outros temas relativos, por exemplo, à paz ou ao uso de drogas, podem se constituir em subtemas dos temas gerais; outras vezes, no entanto, podem exigir um tratamento específico e intenso dependendo da realidade de cada contexto social, político, econômico e cultural.”

Pelo exposto, sugerimos seja o projeto de lei retrocitado, vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador.

Atenciosamente,

ALCYONE SALIBA

Secretária de Estado da Educação

(O Projeto de Lei nº 306/99, foi publicado em redação final, no D.A. nº 135/2000, de 29.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 026/2001

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que determina que o Sistema Oficial de Ensino do Paraná passe a contar com a disciplina “Educação em Valores Humanos”.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, bem como, os prazos estabelecidos em lei.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Convido o Senhor 1º Secretário, Deputado Valdir Rossoni, para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos os Deputados Tiago Amorim, Miltinho Pupio e Cezar Silvestri, para que venham fazer a contagem dos votos.

Cinquenta deputados votaram.

Trinta e quatro, Sim.

Dezesseis, Não.

Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária

Levanta-se a sessão.